

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Brasília, 29 de janeiro de 2016.

Aos Administradores e Conselheiros da  
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL- MSGÁS.  
Campo Grande-MS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL- MSGÁS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

### Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL- MSGÁS, em 31 de dezembro de 2015, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Outros Assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## **Conhecimento que Gera Valor**

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

## Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentados para fins de comparação são oriundos de demonstrações contábeis anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram o Relatório dos Auditores sobre as Demonstrações Contábeis datado de 13 de fevereiro de 2015, e que conteve parágrafo de ênfase devido a empresa não ter optado em 2014 pelo Regime Tributário Definitivo, conforme legislação em vigor.



AUDILINK & CIA. AUDITORES  
CRC/RS-003688/0-2 S-MS  
NÉLSON CÂMARA DA SILVA  
CONTADOR CRC/RS/23584/0-8-S-MS

### Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988



**COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – MSGÁS.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**

## **CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 – Demonstração do resultado do exercício

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Quadro 5 – Demonstração do valor adicionado

Quadro 6 – Demonstração do resultado abrangente

Notas explicativas às demonstrações contábeis.



CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS  
BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO EM 2015 E 2014  
(Em mil reais - R\$)

ATIVO	NE	31/12/15	31/12/14	PASSIVO	31/12/15	31/12/14	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>90.381</b>	<b>75.258</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>45.104</b>	<b>41.468</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	4 e 17	54.669	37.544	Fornecedores	9	30.903	32.840
Contas a receber de clientes	6	31.380	27.339	Empréstimos e Financiamentos	11	4.396	2.555
Estoques		981	764	Obrigações fiscais	13	2.099	1.332
Impostos a recuperar		512	7.661	Obrigações sociais	13	3.035	2.115
Partes relacionadas	7	2.482	1.677	Adiantamentos de clientes	10	1.081	1.264
Outros créditos		357	273	JSCP a pagar	14	544	-
				Dividendos a pagar	14	2.646	-
				Outras contas a pagar		400	1.362
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>118.035</b>	<b>96.165</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>130.914</b>	<b>109.488</b>	
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>458</b>	<b>511</b>	Empréstimos e Financiamentos	11	39.567	19.156
Impostos a recuperar		458	511	Partes relacionadas	7	76.242	74.504
<b>INTANGIVEL CONCESSÃO</b>		<b>117.577</b>	<b>95.654</b>	Adiantamentos de clientes	10	10.344	10.128
Intangível	8	117.577	95.654	Tributos diferidos		4.761	5.700
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>14</b>	<b>32.398</b>	<b>20.467</b>
				Capital Social		12.775	12.775
				Ajuste de Avaliação Patrimonial	7	9.243	11.065
				Reserva Legal		680	-
				Reserva de Lucros		9.700	-
				Prejuízo acumulado		-	(3.373)
<b>Total do ativo</b>		<b>208.416</b>	<b>171.423</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>208.416</b>	<b>171.423</b>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espindola Trindade Junior  
Diretor Presidente  
MSGAS

Valnédrcio Ferreira Leonel  
Contador CRCMS 3.294/O-4  
MSGAS



Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul

CNPJ 02.741.679/0001-03

**COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 2015 e 2014**  
**(Em mil reais - R\$)**

	NE	31/12/15	31/12/14
Receita operacional líquida	15	308.079	262.339
Custos		(270.026)	(237.596)
<b>Lucro bruto</b>		<b>38.053</b>	<b>24.743</b>
Despesas com Vendas		(489)	(75)
<b>Despesas Administrativas e gerais</b>			
Remuneração a Dirigentes, CA e CF		(885)	(827)
Salários, Gratificações e Remuneração a Funcionários		(5.925)	(5.438)
Prestação de Serviços PJ		(1.687)	(2.018)
Encargos Sociais - INSS e FGTS		(3.524)	(3.236)
Doações e Patrocínios de caráter cultural		(167)	-
Alimentação ao Trabalhador		(1.083)	(762)
Demais Impostos, Taxas e Contrib. Exceto IR e CS		(2.036)	(1.117)
Aluguéis		(739)	(606)
Desp.c/ Veículos e de Conserv.de Bens e Instalações		(262)	(200)
Propaganda e Publicidade		(155)	(100)
Amortização sobre outros ativos intangíveis		(473)	(428)
PCLD - Perdas em créditos de liquidação duvidosa		(432)	(1.676)
Provisão para Férias e 13º Salário de Empregados		(2.013)	(2.065)
Assistência Médica, Odont.e Farmácia a Empregados		(807)	(710)
Outras Receitas Operacionais		4.159	77
Outras Despesas Operacionais		(2.737)	(1.439)
		<b>(18.766)</b>	<b>(20.545)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>18.798</b>	<b>4.123</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>5.172</b>	<b>2.535</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>23.970</b>	<b>6.658</b>
Contribuição Social	17	(1.836)	(419)
Imposto de Renda	17	(5.058)	(1.141)
<b>Lucro líquido do exercício antes das participações</b>		<b>17.076</b>	<b>5.098</b>
Participação no Resultado - empregados		(634)	-
Participação no Lucro - administradores		(42)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>16.400</b>	<b>5.098</b>
Reversão dos juros sobre capital próprio JSCP		587	-
<b>Lucro líquido do exercício após a reversão JSCP</b>		<b>16.987</b>	<b>5.098</b>
Número de ações do capital social		12.775	12.775
<b>Lucro líquido por ação do capital em mil reais R\$</b>		<b>1,3297</b>	<b>0,3991</b>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

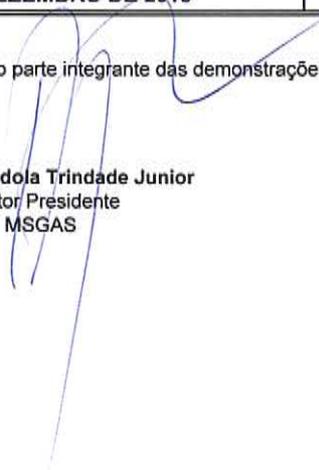
**Rudel Espindola Trindade Junior**  
Diretor Presidente  
MSGAS

**Valnércio Ferreira Leonel**  
Contador CRCMS 3.294/O-4  
MSGAS

**COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**DO EXERCÍCIO EM 2015 E 2014**  
(Em mil reais - R\$)

DENOMINAÇÃO	Capital Social	Reservas		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>12.775</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14.701</b>	<b>(8.471)</b>	<b>19.005</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial				(3.636)		(3.636)
Lucro até 31 de dezembro de 2014					5.098	5.098
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>12.775</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11.065</b>	<b>(3.373)</b>	<b>20.467</b>
Reserva Legal		680			(680)	0
Outras Reservas de Lucros			9.700		(9.700)	0
Ajuste de Avaliação Patrimonial				(1.822)		(1.822)
JSCP Juros sobre Capital Próprio					(588)	(588)
Dividendos obrigatórios 25%					(2.646)	(2.646)
Lucro Líquido do Exercício após Reverão dos JSCP					16.987	16.987
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>12.775</b>	<b>680</b>	<b>9.700</b>	<b>9.243</b>	<b>-</b>	<b>32.398</b>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

  
**Rudel Espindola Trindade Junior**  
Diretor Presidente  
MSGÁS

  
**Valnércio Ferreira Leonel**  
Contador CRCMS 3.294/O-4  
MSGÁS



Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul

**CNPJ 02.741.679/0001-03**  
**COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO**  
**DO EXERCÍCIO EM 2015 E 2014**  
**(Em mil reais)**

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro do exercício antes da provisão para CSLL e IRPJ	23.970	6.658
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Amortização	11.977	11.830
Custo residual do ativo intangível baixado	(120)	-
PCLD Provisão para créditos de liquidação duvidosa	430	-
Baixa de títulos incobráveis	1	1.676
Juros e variações monetárias	1.063	1.029
Participação nos lucros de empregados e administradores	(676)	-
Reversão dos juros sobre capital próprio	588	-
	<u>37.233</u>	<u>21.193</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) Redução em contas a receber	(4.472)	(409)
(Aumento) Redução em estoques	(217)	(110)
Aumento (Redução) em impostos a recuperar	7.202	(365)
(Aumento) Redução em outros créditos	(85)	(90)
(Aumento) Redução em partes relacionadas	(804)	186
Aumento (Redução) em fornecedores	(1.937)	(422)
Aumento (Redução) em obrigações fiscais e sociais	45	(756)
Aumento (Redução) em adiantamento de clientes	(1.031)	(484)
Aumento (Redução) em outros passivos circulantes	2.228	72
(Aumento) Redução em partes relacionadas	(1.023)	1.373
<b>Total das variações de ativos e passivos</b>	<u>(94)</u>	<u>(1.005)</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(5.254)	(1.310)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(43)	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais</b>	<u>31.842</u>	<u>18.878</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições em ativo fixo	(34.573)	(21.253)
Baixa do ativo intangível	793	2.091
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<u>(33.780)</u>	<u>(19.162)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Financiamentos	24.451	10.439
Amortização de financiamentos	(2.198)	-
Juros sobre capital próprio	(544)	-
Dividendos	(2.646)	-
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos</b>	<u>19.063</u>	<u>10.439</u>
<b>Aumento líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<u>17.125</u> ✓	<u>10.155</u> ✓
<b>Variação líquida no exercício</b>		
Disponibilidades no início do exercício	37.543	27.388
Disponibilidades no final do exercício	54.668	37.543
<b>Disponibilidades líquidas geradas/aplicadas</b>	<u>17.125</u> ✓	<u>10.155</u> ✓
(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)		

**Rudel Espindola Trindade Junior**  
Diretor Presidente  
MSGAS

**Valnércio Ferreira Leonel**  
Contador CRCMS 3.294/O-4  
MSGAS

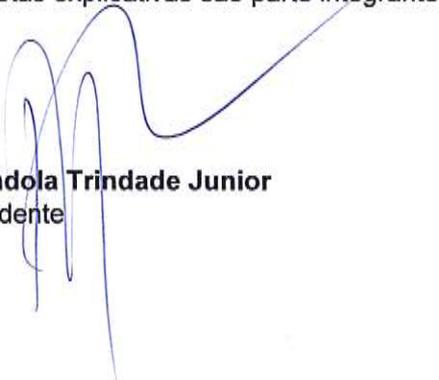


CNPJ 02.741.679/0001-03

**COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**DO EXERCÍCIO EM 2015 E 2014**  
**(Em mil reais)**

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
<b>(1) Receitas</b>		
. Vendas de produtos e serviços	363.334	310.104
. Outras receitas operacionais	4.159	77
. PCLD - Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(432)	(1.676)
	<u>367.061</u>	<u>308.505</u>
<b>(2) Insumos adquiridos de terceiros</b>		
. Matérias-primas consumidas	(297.304)	(260.253)
. Outros Custos de produtos e serviços vendidos	(2.739)	(2.894)
. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(5.497)	(3.832)
	<u>(305.540)</u>	<u>(266.979)</u>
<b>(3) Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<u>61.521</u>	<u>41.526</u>
<b>(4) Retenções</b>		
. Depreciação e amortização	(11.977)	(11.830)
<b>(5) Valor adicionado líquido produzido pela companhia (3-4)</b>	<u>49.544</u>	<u>29.696</u>
<b>(6) Valor adicionado recebido em transferência</b>		
. Receitas financeiras	6.890	3.778
<b>(7) Valor adicionado a distribuir (5+6)</b>	<u>56.434</u> ✓	<u>33.474</u> ✓
<b>(8) Distribuição do valor adicionado</b>		
(8.1) . Pessoal e encargos	14.896	12.829
(8.2) . Impostos, taxas e contribuições	22.682	13.699
(8.3) . Aluguéis	738	605
(8.4) . Juros e encargos financeiros	1.131	1.243
(8.5) . Lucro adicionado	16.987	5.098
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>56.434</u> ✓	<u>33.474</u> ✓

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

  
**Rudel Espindola Trindade Junior**  
Diretor Presidente  
MSGAS

  
**Valnércio Ferrelra Leonel**  
Contador CRCMS 3.294/O-4  
MSGAS



CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
(Em mil R\$)

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Lucro Líquido	16.987	5.098
Realização de Ajuste de avaliação patrimonial - adequação ao valor justo	(2.761)	(5.509)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	939	1.873
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>15.165</b>	<b>1.462</b>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

  
**Rudel Espindola Trindade Junior**  
Diretor Presidente  
MSGAS

  
**Validércio Ferreira Leonel**  
Contador CRCMS 3.294/O-4  
MSGAS

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Valores expressos em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia foi constituída em 29 de julho de 1998, com base na Lei Estadual nº 1.854 de 21/05/1998, alterada pela Lei Estadual nº 2.865 de 07/07/2004 sob a forma de sociedade por ações, a Companhia é uma sociedade de economia mista, e seus objetivos são:

Executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, exploração, produção, aquisição, armazenamento, produção e comercialização independente de energia elétrica, transporte, transmissão, importação, exportação, fabricação e montagem de componentes necessários ao suprimento do mercado de gás; distribuição, comercialização e transporte de gás natural e/ou subprodutos e derivados, bem como atuação na área de serviços de transmissão de dados, imagens e informações, por meio da implantação de rede de telecomunicações juntamente com a rede de distribuição de gás natural. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 01 de junho de 2001.

A Lei Estadual nº 2.865/2004 também autorizou à Companhia a participar de empresa transportadora de gás natural para construção de gasoduto no Estado de Mato Grosso do Sul, passando pelo Estado de Goiás até o Distrito Federal.

A companhia tem a concessão exclusiva para distribuição de gás natural em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos a partir de agosto de 1998, podendo ser prorrogado por igual período.

De acordo com o contrato de concessão todas e quaisquer obras, instalações de canalizações, redes e equipamentos, nas áreas cujos estudos de viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, segundo taxas de retorno não inferiores a 20% ao ano, serão encargos da concessionária.

Ao final da concessão, por decurso de prazo, todos os bens, da concessionária reverter-se-ão ao Estado de Mato Grosso do Sul (concedente) e a concessionária será indenizada pelos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão atualizados monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em caso de extinção da concessão, por expiração do prazo, encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da Companhia, a concessionária será indenizada à vista e em dinheiro, pelos serviços, obras, imóveis, benfeitorias, equipamentos, redes de canalização, medidores, e todos os demais bens de seu ativo, atualizados

monetariamente, capitalizados até o dia do efetivo pagamento pela variação do Índice Geral de Preços (IGP).

Na hipótese em que a extinção não decorra de fatos imputáveis à concessionária, será esta, ainda, indenizada por perdas e danos e todos os prejuízos sofridos com a extinção, notadamente pelos lucros cessantes e danos emergentes, tudo atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna – IGP-DI.

As tarifas são fixadas pela concessionária e aprovadas pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Estado de MS (AGEPAN), que também é responsável por homologar reajustes e proceder a revisão tarifária.

A Companhia está ampliando a rede de distribuição de gás natural nas cidades de Campo Grande e Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul, para abastecer postos de gás natural veicular, comércio, indústrias, residências e empresas de serviços.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram originalmente preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), com base nas disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia adotou os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), posteriormente tornados Resoluções pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com vigência prevista para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008. Dessa forma, esses pronunciamentos estão aplicados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e estendidos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentada para fins comparativos.

- Eventos subsequentes

A entidade avaliou os eventos subsequentes até 29 de janeiro de 2.016, que é a data da aprovação das demonstrações pela administração da empresa.

- Moeda funcional

A moeda funcional utilizada pela empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07, Lei 11.941/09 e Lei 12.973/14.

#### 3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Já a receita de serviços é reconhecida no resultado em função de sua prestação.

##### Receitas e custos de construção

As receitas e custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01(R1), foram reconhecidas conforme a NBC TG 30 – Receitas, que orienta o reconhecimento na proporção dos gastos recuperáveis e estabelece que, quando não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação, não deve ser reconhecido qualquer lucro.

##### Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação de registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa; estoques; imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos intangíveis e: as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente.

##### Instrumentos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis quando tais instrumentos não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia têm a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira desses instrumentos são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações reconhecidas no resultado.

As características operacionais e estrutura patrimonial colocam a companhia em um ambiente onde o risco de mercado é pequeno. Os contratos de compra e de fornecimento relativo ao gás das termoeletricas preveem variação cambial, uma vez que, estão sujeitos a variação do dólar norte-americano. A administração não utiliza os diversos instrumentos financeiro disponíveis, para proteção dos riscos de mercado.

O risco na compra de gás está relacionado ao fornecimento exclusivo de gás natural por parte da Petrobras.



Com relação aos demais instrumentos financeiros, a companhia adotou os seguintes procedimentos:

Aplicações financeiras e demais itens de ativos e passivos circulantes, os valores representam de forma adequada os seus correspondentes valores de mercado.

Passivos não circulantes são compostos por recursos obtidos de contratos comerciais e empréstimos específicos para financiamento das redes de distribuição de gás natural, dentro de condições de mercado, com taxas de juros muito atraentes dentre as vigentes. Os saldos contábeis estão muito próximos dos seus respectivos valores de mercado.

- Outros

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

#### Ativos circulantes e não circulantes

- Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

- Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos valores de reposição ou realização.

- Intangível

A Companhia procedeu, em 2010, a reclassificação dos bens dos ativos imobilizado e diferidos para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas na NBC TG 04 – Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09.

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da amortização acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil utilizado para fins de cálculo da amortização.

LA!



- Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor, nos termos da NBC TG 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos.

#### Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

#### Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente com base nos balancetes de suspensão, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica no ano de 2008.

Relevantes mudanças foram trazidas para as regras tributárias federais entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição – RTT, e (iii) não incidência do IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendário de 2008 a 2013.

Em 2014, a administração não optou pela aplicação antecipada do Regime Tributário Definitivo (RTD), conforme Medida Provisória nº 627 de 11/11/2013, convertida na Lei 12.973 de 13/05/2014 e regulamentada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.397 de 16/09/2013, IN RFB nº 1.492 de 17/09/2014, IN RFB nº 1.493 de 18/09/2014 e IN RFB Nº 1.515 de 24/11/2014.

Os dispositivos da Lei 12.973 entraram em vigor a partir do ano calendário de 2015. Pelo fato de não optar pela aplicação antecipada do RTD, a partir do ano calendário de 2014 não houve impactos de potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos em 2014.



Demonstrativo do valor adicionado – DVA (NBC TG 09)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa	-	-
Bancos	162	2.887
Aplicações financeiras	54.507	34.657
<b>Total</b>	<b>54.669</b>	<b>37.544</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de valor. A MSGÁS possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade e, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não possui nenhuma operação objeto de *swap* em sua carteira.

As aplicações financeiras em operações compromissadas e em CDBs são remuneradas por taxas variáveis em 31 de dezembro de 2015 de 100,50% e 96,00% e em 2014 de 79,21% e 88,70%, do CDI, tendo como emissores bancos de primeira linha.

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados.

## 5. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia possui créditos de tributos a compensar provenientes de compra de materiais e demais itens utilizados para composição de sua rede de distribuição de gás natural. Os créditos referente ao saldo negativo de CSLL e IRPJ, foram compensados com impostos apurados no durante o ano via declaração de PER/DCOMP cujas homologações por parte da Receita Federal do Brasil já somam mais de 92%, faltando apenas as declarações protocoladas nos dois últimos meses do ano.

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Circulante</b>		
ICMS a compensar	509	449
Saldo negativo de CSLL	0	1.805
Saldo negativo de IRPJ	0	5.381
Outros	3	26
	<hr/> 512	<hr/> 7.661
<b>Não Circulante</b>		
ICMS a compensar / não circulante	458	511
	<hr/> 970	<hr/> 8.172

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 2015, foi contabilizada no resultado da companhia a Provisão com Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no valor de R\$ 430, correspondente a títulos de clientes pendentes de recebimento, conforme a Política de Cobrança da Companhia.

UA!



	2015	2014
Clientes	31.810	29.015
PCLD - Prov. de créd.de Liq Duvidosa	(430)	(1.676)
	31.380	27.339

## 7. PARTES RELACIONADAS

Está representada por contrato de aquisição de gás natural no ativo, como adiantamento a fornecedores com a filial da Petrobras/Corumbá-MS a título de *take/ship or pay* e no passivo representado por contrato de venda de serviço de distribuição de gás natural, como adiantamento de cliente com a filial da Petrobras/UTE-Três Lagoas-MS. A composição dos saldos atualmente está demonstrada a seguir:

	2015		2014	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Petrobras S.A. - Cliente (UTE/LPC/TL)	-	76.242	-	74.504
Petrobras S.A. - Fornecedor (Corumbá)	2.482	-	1.677	-
	2.482	76.242	1.677	74.504

A Companhia possui um contrato de Serviço de Distribuição de gás natural, assinado com a Usina Termoeletrica (UTE) Luis Carlos Prestes (LCP), sediada na cidade de Três Lagoas/MS de propriedade da Petrobras. Tal instrumento prevê metas mínimas, a serem atingidas independentemente da quantidade de gás efetivamente utilizada a cada período ("Ship or Pay"), caracterizando, desta forma adiantamento de cliente. O contrato prevê ainda que o não cumprimento dessas metas acarreta em cobranças adicionais à Usina Termoeletrica LCP, neste caso à Petrobras na qualidade de cliente.

Tendo em vista a Quota Diária de Consumo (QDC) contratada conjugada às regras contratuais previstas para compensação dos adiantamentos acima mencionados, a MSGÁS constatou através de cálculos reais, que a UTE - LCP demandaria tempo superior a 12 meses para absorção dos valores adiantados, desta forma tais valores foram classificados no grupo de Não Circulante.

A UTE – LCP operava sua produção de energia elétrica com circuito aberto, tornando-a comercialmente ineficiente e por sua vez justifica sua baixa média de operação desde a

sua implantação em 2001 acarretando adiantamento mensal para MSGÁS em vista de previsão contratual. A partir do outubro de 2011, ela passou a operar com circuito fechado, melhorando assim a sua eficiência na produção de energia elétrica com menor custo e consumo de gás natural.

Em 2011 e anos seguintes, realizamos periodicamente, adequação do saldo do passivo a valor justo (outros resultados abrangentes) sobre o saldo da conta de adiantamento de cliente – Petrobras S.A., o qual corresponde em 2015 ao valor de R\$ 14.004. Em contrapartida apresentamos no Patrimônio Líquido-PL, líquido dos efeitos tributários e, portanto, devidamente deduzidos dos tributos diferidos nos valores de R\$ 1.260 e R\$ 3.501, relativos à CSLL e IRPJ, respectivamente, ficando o valor no PL em R\$ 9.243.

## 8. ATIVO INTANGÍVEL

## COMPOSIÇÃO

Descrição dos ativos intangíveis	Taxas anuais médias de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	2015	2014
				Líquido	Líquido
Terrenos	0%	488	-	488	488
Edificações	10%	57	(24)	33	39
Instalações	10%	679	(254)	425	491
Máquinas e equipamentos industriais	10%	416	(286)	130	36
Veículos	10%	830	(358)	472	208
Moveis e utensílios	10%	848	(429)	419	321
Computadores e periféricos	10%	2.176	(1.296)	880	731
Instalações/Mat. Instalados	10%	157	(42)	115	121
Software	10%	2.488	(2.121)	367	441
Equipamentos de comunicação	10%	407	(135)	272	157
Equipamentos de segurança	10%	278	(220)	58	84
SDGN- Ramal Imbirussu Arjona	10%	4.907	(4.891)	16	284
SDGN- Ramal Três Lagoas	10%	50.517	(33.233)	17.284	22.336
SDGN- Ramal Campo Grande	10%	65.009	(44.756)	20.253	22.845
SDGN- Ramal Corumbá	0%	29.090	0	29.090	29.090
Comodato UFMS	10%	10	(6)	4	5
Comodato Shopping CG	10%	135	(90)	45	58
Computadores Leasing 11.638	10%	292	(292)	-	-
Impairment	0%	(29.090)	-	(29.090)	(29.090)
Outros intangíveis	0%	76.316	-	76.316	47.009
		206.010	(88.433)	117.577	95.654

Na apuração do balanço/2008 foi aplicado o teste do valor de realização do ativo (impairment) nos investimentos relativos ao ramal de distribuição de gás natural para a cidade de Corumbá/MS. Tendo em vista que esta Unidade Geradora de Caixa (UGC), não resultou em retorno do investimento a curto ou médio prazo, aplicamos o procedimento estabelecido na NBC TG 01 – Redução do Valor Recuperável do Ativo do Conselho Federal de Contabilidade, no tocante à constituição de provisão para perda do referido empreendimento no montante de R\$ 29.090.

Alertamos para o fato de que o valor deve ser considerado, para análises, visto que é decorrente de outros fatos que não resultam das atividades normais da MSGÁS.



*Handwritten signature*

Em 2008, com base em estudos realizados por consultores independentes contratados exclusivamente com este propósito, os itens do ativo fixo que compõem os ramais de gás natural foram reclassificados no sistema de controle, através da aplicação das novas taxas de amortização resultantes da alteração da vida útil dos bens.

As vidas úteis dos referidos ativos foram revistas e reclassificadas, com inversão do lançamento referente à depreciação inicialmente lançada em 2008.

Em 2012, foi aplicada a interpretação dada aos Contratos de Concessão publicada na ICPC 01 (R1), alinhando-se às demais Distribuidoras de Gás Natural do Brasil, no sentido de considerar a taxa de amortização autorizada pelo Poder Concedente de 10% a.a. sobre os bens do ativo, agora classificados como intangíveis, mediante inclusão como despesa no LALUR em contrapartida com reversão de provisão de CS e IR, correspondente à diferença de depreciação/amortização não computada nos anos base de 2008 a 2012.

Handwritten signature and initials in blue ink.

## 9. FORNECEDORES

	2015	2014
Petrobras S/A	29.324	29.079
Gascat Industria e Comercio Ltda	610	-
TSCM Tecnologia Serviço de Construção e Montagem	213	838
CMT Engenharia Ltda	92	1.566
MR Telecomunicações e Serviços Ltda	80	129
Quantiq Distribuidora Ltda	70	-
Marcelo Vieira Advogados Associados	61	-
Autosoft Produtos e Software	57	51
Catijó Adm de Imóveis Ltda	55	51
Disp Segurança e Vigilância Ltda	46	44
Tigre Tubos e Conexões	39	38
Sodexo Pass do Brasil Serv e Com Ltda	30	
Organizações Unidas Ltda	19	27
JF Logística e Serviços Ltda	15	16
SH Informática Ltda	14	10
Energisa Empresa de Energia S A	14	9
Vanasa Multigás Eng Ind Com Ltda	13	36
L.A.Falcão Bauer Ltda	-	462
Fabio Leandro Advogados Associados	-	230
Comap do Brasil Ltda	-	75
Pedro Brum V. Oliveira & Cia Ltda	-	49
Georg Fischer Sistema de Tubulações	-	20
Brasil Telecom	-	18
Itron Soluções para Energia	-	17
Easy Net Telecomunicações e Serviços Ltda	-	13
Outros	151	62
	<u>30.903</u>	<u>32.840</u>

Fornecimento de gás à MSGÁS a partir de 29 de julho de 1998, compromisso com a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, seu fornecedor exclusivo de gás natural, de adquirir uma média diária nas seguintes quantidades abaixo descritas, sendo que em 26/05/2008, 30/03/2012 e em 31/10/2014, foram assinados aditivos para adequar os volumes à realidade comercial do estado do MS, com rampa de volume progressivos a saber:

Ano	<u>m3/dia</u>
1998	100.000
1999	150.000
2000	250.000
2001	350.000
2002	450.000
2003	550.000
2004	700.000
2005	700.000
2006	700.000
2007	700.000
01/01/08 a 30/04/08	700.000
01/05/08 a 30/06/08	43.911
01/07/08 a 30/11/08	60.154
01/12/08 a 31/12/08	60.324
01/01/09 a 30/06/09	64.698
01/07/09 a 31/12/09	254.758
01/01/10 a 30/06/10	264.658
01/07/10 a 31/12/10	264.658
01/01/11 a 30/06/11	272.658
01/07/11 a 31/12/11	272.658
01/01/12 a 28/02/12	280.000
01/03/12 a 30/11/13	210.000
01/12/13 a 31/03/14	245.000
01/04/14 a 30/10/14	385.000
31/10/14 a 31/08/15	210.000
01/09/15 a 30/09/16	385.000
01/10/16 a 30/06/20	446.000

LA!



## 10. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Corresponde aos recebimentos antecipados dos clientes a saber:

<b>Clientes CP – Curto Prazo</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>
a) Fibria MS Celulose Sul Matogrossense		-	317
b) Brascooper – Take or Pay		115	115
c) Sitrel Siderúrgica Três Lagoas		940	832
d) Outros		26	-
		<b>1.081</b>	<b>1.264</b>

<b>Clientes</b>	<b>LP – Longo Prazo</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
a) Sitrel Siderúrgica Três Lagoas		10.344	10.128
		<b>10.344</b>	<b>10.128</b>

O contrato comercial com a Brascooper, prevê adiantamento financeiro para os meses em que o volume de gás natural consumido for maior que o volume de gás natural contratado, o qual, é compensado em meses seguintes, quando o consumo mensal for menor que o contratado.

Com a cliente Sitrel – Siderúrgica Três Lagoas Ltda, partir de outubro de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de gás natural a qual efetuou adiantamento com base na Portaria nº 79 de 08/12/2010 da Agência Reguladora dos Serviços Públicos no Estado de MS (AGEPAN), que autoriza a participação financeira de terceiros na aquisição de materiais e serviços necessários para a efetivação de pedido de ligação ao sistema de distribuição de gás natural canalizado o qual possui um saldo no valor de R\$ 11.284 (R\$ 940 CP + R\$ 10.344 LP). Este valor é amortizado mensalmente a título de ressarcimento financeiro previsto contratualmente, através da equação “volume em m<sup>3</sup> consumido/mês pelo cliente x tarifa padrão” até exaurir o saldo do adiantamento. A tarifa padrão inicial foi estabelecida em R\$ 0,0776/m<sup>3</sup> e será atualizada anualmente pelo IGPM/FGV e o saldo do adiantamento será atualizado à taxa de 10% a.a.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Contrato de financiamento com o Banco do Brasil S.A. com recursos oriundos do FDCO – Fundo Institucional de Desenvolvimento do Centro Oeste no valor de R\$ 46.162 sendo que em dezembro de 2013, só foi liberada a 1ª parcela, no valor de R\$ 11.272, em março de 2014 foi liberada a 2ª parcela no valor de R\$ 10.439, em abril de 2014 foi liberada a 3ª parcela no valor de R\$ 8.500 e em julho de 2015 foi liberada a 4ª e última parcela no valor de R\$ 15.952 destinado ao financiamento para construção de ramal de distribuição de gás natural (gasoduto), com início na Avenida Youssef El Jarouche,

percorrendo 44 km até a Rodovia BR 158, Km 231 em Três Lagoas/MS para atender o cliente Eldorado S.A., produtora de papel celulose cuja obra se encontra com aproximadamente 95% concluída. A taxa de juros é de 4,12% a.a. com desconto de adimplência de 15%, resultando efetivamente uma taxa de 3,5% a.a. com carência de 18 meses para iniciar o pagamento do principal e encargos correspondentes. No período de carência, trimestralmente foram exigidos os juros incidentes sobre o total do contrato. Em 2014 e 2015 foram amortizados R\$ 4.021 (quatro milhões e vinte e um mil reais) de capital e juros conforme cronograma de pagamento contratual.

FDCO – Banco do Brasil	2015 43.963	2014 21.711
<b>Classificação CP/LP</b>		
Curto Prazo	2015 4.396	2014 2.555
Longo Prazo	<u>39.567</u>	<u>19.156</u>
Total	43.963	21.711

## 12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de sua atividade, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista e cível em diversas fases do rito processual, cuja expectativa de saída de recursos é "possível", conforme informado pelos seus assessores jurídicos.

## 13. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

### a) Obrigações Fiscais

Em 2012, foram assumidas 48 parcelas mensais no valor de R\$ 46 cada, as quais atualizadas pela UAM – Unidade de Atualização Monetária do Estado, referente à diferença de 5% de ICMS creditado sobre notas fiscais de entrada de compra de gás natural, emitidas pelo único fornecedor deste produto, em vista de que em tais notas fiscais não havia a redução da base de cálculo de 17% para 12% conforme prevê legislação estadual. Após solicitação de autorização à Secretaria de Fazenda/MS para creditar-se dos 17%, houve a negativa do Fisco Estadual, tornando-se necessário o devido registro contábil da referida diferença no montante de R\$ 2.192.



Em 2013, mediante refinanciamento com benefício fiscal de perdão de juros de valor correspondente a R\$ 388, autorizado por decreto estadual, foi renegociado o saldo devedor ficando com valor correspondente a R\$ 1.456 os quais foram pagos em 19 parcelas, vencendo a primeira no ato na renegociação e as demais sempre no dia 27 dos meses subsequentes. O saldo remanescente do ano anterior foi totalmente quitado.

	PARCELAMENTO	
	2015	2014
Curto Prazo	-	630
Longo Prazo	-	-
Total	-	630

	OBRIGAÇÕES	
	2015	2014
Curto Prazo	2.098	1.332
Longo Prazo	-	-
Total	2.098	1.332

#### b) Obrigações Sociais

As provisões de férias e encargos (INSS e FGTS) são apropriadas mensalmente à razão de 1/12 avos a partir da admissão.

A partir de 2015 foi aprovada a Política de Participação no Lucro e Resultado, denominada PLR. Dentre as regras, foram estabelecidos índices de realização de metas a serem alcançadas durante o decorrer do ano, sendo:

- **Indicadores Econômicos**
  - Margem de contribuição (R\$)
  - EBTIDA
  - Investimentos
- **Indicadores de Mercado**
  - Volume de vendas não térmico m<sup>3</sup>/ano
- **Indicador de Operação**
  - Diferença de medição total limitada em + ou (-) que 1,5%

O cálculo é realizado a partir do Lucro Líquido verificado pela empresa, após o lançamento dos tributos incidentes sobre o lucro, excluídos quaisquer lançamentos relativos à reversão de juros sobre capital próprio e reversão de incentivos fiscais, e antes de considerar os efeitos no resultado da própria PLR.

#### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social ao final de 2015 está representado por 12.775.000 ações nominativas sem valor nominal, sendo 4.258.333 ordinárias e 8.516.667 preferenciais assim distribuídas.



	%	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Gov. do Estado de Mato Grosso do Sul	51%	2.171.750	4.343.500	6.515.250
Petrobras Gás S/A - GASPETRO	49%	2.086.583	4.173.167	6.259.750
		4.258.333	8.516.667	12.775.000

	2015	2014
Quantidade de Ações Ordinárias e Preferenciais	12.775	12.775
Lucro Líquido apurado	16.987	5.098
<b>Lucro Líquido por ação</b>	<b>1,3297</b>	<b>0,3991</b>

a. Capital

As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens: a) prioridade no recebimento do dividendo mínimo, cumulativo, de 6% (seis por cento), calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ação, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos obrigatórios, se este for superior ao mínimo; b) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia; e c) participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.

b. Reserva de Capital

Não há Reserva de Capital constituída.

c. Reserva Legal

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, a constituição da reserva legal foi na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital e tem como objetivo preservar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

Foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$ 680, utilizando o Lucro apurado de R\$ 16.987 após absorção dos prejuízos acumulados no valor de R\$ (3.373), o qual restou como base de cálculo o valor de R\$ 13.613, e sobre este, foi aplicado a taxa de 5%.

d. Reserva de Retenção de Lucros

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante. A retenção de lucros nessa reserva é submetida à Assembleia Geral dos acionistas da Companhia, a qual poderá dar outro destino ou manter nesta conta, ficando assim a disposição da mesma. O valor da Reserva de Retenção de Lucros corresponde à R\$ 9.700.

e. Dividendos

É assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo mínimo de 25%, disposição essa contida na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia.

A Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio sobre os quais há incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para o acionista imune, Estado de Mato Grosso do Sul. Os juros sobre o capital próprio são contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pelas normas contábeis.

Os 25% de Dividendos obrigatórios foram constituídos da seguinte forma:

	%	JSCP	Dividendos	Total 25%
Gov. do Estado de MS	51%	300	1.349	1.649
Petrobras Gás S/A - GASPETRO	49%	288	1.296	1.584
		588	2.645	3.233

f. Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial

Constituído mediante contrapartida com a conta de adiantamento de clientes – Petrobras S.A., em vista dos valores recebidos em adiantamento, conforme cálculos reais realizados, no valor de R\$ 14.004 em contrapartida com a conta de adiantamento de clientes – Petrobras S.A., devidamente deduzidos dos tributos diferidos de CSLL e IRPJ nos valores de R\$ 1.260 e R\$ 3.501, respectivamente, totalizando o montante líquido de R\$ 9.243.

g. Lucros e/ou (Prejuízo) Acumulado

Com a adoção dos critérios legais para análise do valor recuperável do ativo, e sua aplicação em 2008, houve significativo impacto contábil no Patrimônio Líquido, em vista da baixa dos ativos referente ao ramal de gás natural instalado em Corumbá (35 km) no valor de R\$ 29.090.

O efeito desse impacto somado ao prejuízo da atividade apurado em 2008, depois de compensadas as reservas existentes, no valor de R\$ 7.803, resultou no valor negativo (prejuízo) de R\$ 36.892. Desta forma o Balanço Patrimonial, apresentou um Passivo a Descoberto na época.

Com o Lucro Líquido apurado anualmente de 2009 a 2015 equivalente à R\$ 50.506, em 2015, o Prejuízo Acumulado foi totalmente absorvido, restando o valor de R\$ 13.614 do qual foi provisionada a Distribuição de Dividendos e JSCP no valor de R\$ 3.234, constituída Reserva Legal de R\$ 680 e também Reserva – Retenção de Lucros no valor de R\$ 9.700.

15. **RECEITA BRUTA E RECEITA/CUSTO DE CONSTRUÇÃO**

- a. A receita bruta é formada por valores relativos ao fornecimento bruto de gás

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Receitas</b>		
Receita com venda de gás	347.734	298.876
Receita com venda de serviços	<u>15.599</u>	<u>11.228</u>
<b>Receita Bruta</b>	<b>363.333</b>	<b>310.104</b>

<b>Deduções incidentes sobre vendas</b>		
(-) ICMS	(41.439)	(35.090)
(-) ISS	(780)	(561)
(-) PIS	(2.325)	(2.161)
(-) COFINS	(10.710)	(9.953)
<b>Soma das deduções</b>	<b>(55.254)</b>	<b>(47.765)</b>
<b>Receita líquida R\$ mil</b>	<b>308.079</b>	<b>262.339</b>

- b. A Receita e custos de construções são apresentadas para atender ICPC 01 (R1)

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

A MSGÁS não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a MSGÁS integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural.

A receita de construção foi apurada conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, da Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão, da NBC TG 17 – Contratos de Construção e da NBC TG 30 – Receitas. Os gastos incorridos no período para ampliação da rede são conhecidos, mas as transações de onde fruirão os benefícios não podem ser mensuradas confiavelmente, pois os clientes não têm consumo fixo de gás.

Receita de construção	R\$ 31.709
<u>Custos de construção</u>	<u>R\$ (31.709)</u>
Receita líquida	-

c. Despesa por Função e Natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do período por função, conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

<b>Despesas por função apresentada no DRE</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Custos	270.026	237.596
Despesas administrativas e gerais	<u>22.925</u>	<u>20.620</u>
	292.951	258.216
<b>Despesas por natureza</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Compra de gás	253.229	221.048
Custos de operação e manutenção	5.293	5.146
Amortização	11.504	11.402
Despesas com pessoal	14.238	13.037
Despesas com materiais e serviços	2.842	2.924
Outras despesas operacionais	<u>5.845</u>	<u>4.559</u>
	292.951	258.216

16. **COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia adota práticas relacionadas à cobertura de seguros visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das atividades. Estudos e avaliações estão sendo realizados, com apoio de especialistas.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

17. **VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e as respectivas apropriações de receitas e despesas, contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Para enquadramento às normas do IFRS 7, a Companhia necessita classificar a mensuração do valor justo de acordo com níveis hierárquicos que reflitam significância dos índices, conforme segue:

**Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

**Nível 2** - Outras informações, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

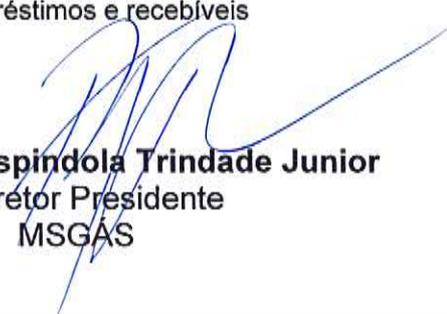
**Nível 3** - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado anteriormente, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias, em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração conforme tabela abaixo.

(R\$ mil)	2015		2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
(I) Caixa e equivalentes de caixa	54.669	54.669	37.544	37.544
(II) Contas a receber	31.380	31.380	27.339	27.339
(II) Partes relacionadas - Ativo	2.482	2.482	1.677	1.677
Ativos financeiros totais	<b>88.531</b>	<b>88.531</b>	<b>66.560</b>	<b>66.560</b>
(II) Fornecedores	30.903	30.903	32.840	32.840
(II) Partes relacionadas - Passivo	76.242	76.242	74.504	74.504
(II) Empréstimos e financiamentos	43.963	43.963	21.711	21.711
Passivos financeiros totais	<b>151.108</b>	<b>151.108</b>	<b>129.055</b>	<b>129.055</b>

#### Classificação por categoria dos instrumentos financeiros

- (I) Ativo ou Passivo Financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado
- (II) Empréstimos e recebíveis

  
**Rudel Espindola Trindade Junior**  
 Diretor Presidente  
 MSGÁS

  
**Valnércio Ferreira Leonel**  
 Contador CRCMS 3.294/O-4  
 MSGÁS